

## ANEXO IV

### TERMO DE REFERÊNCIA (TR) – SERVIÇOS SEM DEMO Nº 3/2026 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES

#### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

**1.1** Contratação de serviços de pessoa jurídica operadora de Plano de Assistência à Saúde para os beneficiários definidos nesse instrumento, na modalidade de contratação coletivo empresarial, nos termos da Lei 9.656 de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sem coparticipação ou franquia, com pré-pagamento a preço *per capita* por faixa etária, em acomodação do tipo apartamento individual com banheiro privativo, com abrangência em todo o território nacional, compreendendo atendimento médico, hospitalar com obstetrícia, ambulatorial, cirúrgico, exames complementares e serviços auxiliares de diagnóstico e terapia, bem como internações, tanto em caráter eletivo como emergencial, em hospitais e clínicas, sem excluir doenças preexistentes ou crônicas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

#### 1.2 Detalhamento dos serviços que compõem a solução:

Item/grupo	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Faixa etária	Quantidade de usuários (estimada)	Valor unitário (mensal)
1	Serviços Médicos e Hospitalares	12920	Serviço	0-18	176	R\$ 85.518,40
				19-23	38	R\$ 22.665,48
				24-28	19	R\$ 12.467,80
				29-33	28	R\$ 20.804,56
				34-38	55	R\$ 46.796,20
				39-43	70	R\$ 70.989,10
				44-48	68	R\$ 85.549,44
				49-53	36	R\$ 52.609,32
				54-58	42	R\$ 69.428,94
				59 ou mais	118	R\$ 243.504,80
				Total	650	R\$ 710.334,04

#### 1.2.1 Demais regras das condições e especificações da solução:

##### 1.2.1.1 Exclui-se do objeto da contratação a assistência na modalidade odontológica.

**1.2.1.1** Em função da impossibilidade material de implantação, operação e controle por parte do TRE-RO, **excluiu-se do objeto desta contratação o regime de livre-escolha** pelo usuário com posterior reembolso pela operadora, exceto para os casos excepcionais previstos neste termo de referência, adotando exclusivamente a forma de pré-pagamento mensal total dos serviços em função do preço *per capita* por faixa etária mensal por usuário.

**1.2.1.2** Poderão participar do certame operadoras de planos de saúde, incluindo seguradoras especializadas em saúde, cooperativas médicas e empresas de medicina de grupo, devidamente registradas na ANS.

**1.3 Objeto de qualidade comum**, de acordo com o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021?

(X) Sim.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

( ) Não, trata-se de serviços especiais.

**1.4 Parcelamento**, de acordo com o ETP:

(X ) Não;

( ) Sim.

**1.5** O prazo de vigência da contratação é de 05 anos contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

**1.5.1** O serviço é enquadrado como continuado conforme apontado no Estudo Técnico Preliminar.

**1.6** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do ETP, anexo deste TR.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**3.1** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do ETP, apêndice deste Termo de Referência.

**DA SOLUÇÃO:** **3.2 FORMAÇÃO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO**

(x ) Não se aplica, de acordo com o ETP.

( ) Será formado SRP, de acordo com as justificativas do ETP.

**3.2.1** Haverá uma quantidade máxima a ser adquirida para cada item/grupo?

NÃO SE APLICA

( ) Não;

( ) Sim, de acordo com o quadro adiante: **(havendo quantidade máxima, inserir quadro/tabela com os quantitativos para cada item).**

Descrever: \_\_\_\_\_.

**3.2.2** Quantidade mínima a ser cotada de unidades de serviços, de acordo com o quadro adiante: **(havendo quantidade mínima, inserir quadro/tabela com os quantitativos para cada item).**

NÃO SE APLICA

Descrever: \_\_\_\_\_.

**3.2.3** Haverá possibilidade de prever preços diferentes?



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

NÃO SE APLICA

( ) Não;

( ) Sim, **porque:**

( ) Os serviços serão executados em locais diferentes, a saber: **(inserir justificativa para a adoção e quadro/tabela com os itens que serão executados em locais diferentes).**

( ) admitida cotação variável em razão do tamanho do lote: **(inserir justificativa para a adoção da medida e quadro/tabela com os diversos tamanhos dos lotes para os itens).**

( ) outros motivos justificados: **(inserir justificativa para a adoção da medida):**  
\_\_\_\_\_.

**3.2.4** O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no termo de referência, obrigando-se nos limites dela?

NÃO SE APLICA

( ) Sim.

( ) Não, justificar: \_\_\_\_\_.

**3.2.5** Será adotado o critério de julgamento de menor preço por:

NÃO SE APLICA

( ) item

( ) Grupo (**justificativa:** \_\_\_\_\_), devendo ser observado o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos. A contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

**3.2.6** Será permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido?

NÃO SE APLICA

( ) Não;

( ) Sim, porque: **(conforme indicação do valor máximo da despesa, estando vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata).**

( ) É a primeira licitação para o objeto e o órgão não tem registro de demandas anteriores.

**3.2.7** Divulgação da IRP:

NÃO SE APLICA

( ) Não, justificativa: \_\_\_\_\_.

( ) Sim.

a) Caso outros órgãos ou outras entidades manifestem interesse em aderir à IRP, no prazo de 8 (oito) dias úteis fixado pelo Decreto nº 11.462, de 2023, deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

i. Quantitativo total;

ii. Quantitativo mínimo por aquisição (de cada item);

iii. Cronograma de aquisição;

iv. Endereço completo do local de entrega;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

v. Disponibilidade orçamentária, se for o caso;

vi. Responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

b) Considerando a busca pela economia de escala, será indeferida, de plano, a solicitação de adesão a IRP cujo quantitativo mínimo seja inferior ao quantitativo mínimo estipulado no cronograma constante neste ETP.

**3.2.8** Há possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços por outros órgãos ou entidades que não tenham participado do certame?

NÃO SE APLICA

( ) Sim, apresentar justificativa (**Acórdão TCU nº 1381/2018** -  
**Plenário):** \_\_\_\_\_.

( ) Não, porque: \_\_\_\_\_:

**3.2.9** Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462, de 2023):

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) os preços registrados serão reajustados respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para o reajuste dos preços contratados.

**3.2.10** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, 2021.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade: ambiental, econômica, social e cultural:**

##### **4.1**

( ) não se aplica, conforme justificado no ETP.

(x ) De acordo com os requisitos do ETP.

( ) Além daqueles já descritos no ETP: \_\_\_\_\_.

**Indicação de marcas ou modelos** (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

**4.2** Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

\_\_\_\_\_.

( x ) Não se aplica.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (apenas quando ocorreu esse procedimento prévio):**

**4.4** Diante das conclusões contidas no Processo SEI n. \_\_\_\_, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:

NÃO SE APLICA

a) ....

b) ...

c) ...

**Da exigência de carta de solidariedade (apenas quando exigível):**

**4.5** Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

NÃO SE APLICA

**Subcontratação:**

**4.6** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação:**

**4.7** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no **percentual de 1% do valor contratual**, conforme regras previstas no contrato.

**4.7.1** A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

**4.7.2** No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**4.8** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

**4.9** O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

**4.10** Outros requisitos, de acordo com o capítulo 5 do ETP.

**Vistoria**

**4.11** Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Procedimentos prévios à contratação:**

**5.1** Na forma do art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, será firmado

(x) contrato;

( ) o contrato será substituído por nota de empenho (art. 95, II, Lei Nº 14.133, de 2021).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**5.2** Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa ou para a assinatura do contrato, a adjudicatária ou compromissária da ARP deverá apresentar regularidade, podendo substituir as certidões junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

**5.2.1** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais.

**5.3** Após a homologação do certame e a comprovação da regularidade da adjudicatária, serão realizados os seguintes procedimentos:

**5.3.1** Havendo previsão de lavratura de **ata de registro de preços** e/ou de instrumento de **contrato**, a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar o cadastro de seus representantes legais como usuários externos no Sistema Eletrônico de Informação – SEI e enviar a documentação solicitada pela referida unidade;

**5.3.2** Em seguida, a adjudicatária será convocada por mensagem eletrônica (e-mail) para, no mesmo prazo indicado anteriormente, realizar a assinatura eletrônica da ata de registro de preços e/ou do instrumento de contrato.

**5.3.3** Nas contratações com utilização de nota de empenho de despesa em substituição ao contrato, a Seção de Contratos do TRE-RO enviará esse instrumento à adjudicatária, em formato PDF e via e-mail, devendo essa confirmar o recebimento do documento no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de envio desse e-mail.

**5.3.4** O prazo máximo mencionado neste tópico poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do interessado durante seu transcurso, devidamente justificado e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**5.4** Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail será feita a assinatura presencial dos instrumentos mencionados, assim como a entrega da nota de empenho referida.

**5.5** O descumprimento desse prazo máximo ou a recusa em realizar os procedimentos indicados poderá ensejar a apuração de descumprimento pela Administração e a aplicação das penalidades cabíveis à adjudicatária e/ou contratada.

**5.6** O descumprimento injustificado, pela adjudicatária ou compromissária da ARP, das obrigações estabelecidas nesta seção implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (§ 5º do art. 90 c/c art. 155, VI c/c art. 156, II, todos da Lei 14.133/2021 - Não celebrar o contrato). Nessa situação os remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições ou negociar nos limites do valor estimado atualizado da contratação (§ 2º c/c § 4º do art. 90 da Lei 14.133, de 2021).

**Condições de execução:**

**5.7** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**5.7.1** Início da execução do objeto: 01/09/2026. Esse termo inicial poderá ser alterado para data posterior, caso não ultimados os procedimentos do certame para esta contratação.

**5.7.2** Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

**5.7.2.1.** Envio de relatórios, faturas e documentos fiscais eletrônicos referentes às despesas do mês de prestação de serviços, inclusive com as inclusões e exclusões de beneficiários.

**5.7.2.2** A CONTRATADA deverá remeter relatórios das despesas e as Faturas Eletrônicas referentes aos beneficiários titulares, dependentes e especiais no primeiro dia útil do mês seguinte ao da competência que está sendo cobrada.

**5.7.2.3** O CONTRATANTE comunicará à CONTRATADA o aceite, em até 2 (dois) dias úteis, após a conferência do relatório e da Fatura Eletrônica.

**5.7.2.4.** Em caso de erros na fatura, a CONTRATADA será comunicada, devendo proceder os ajustes em até 1 (um) dia útil.

**5.7.2.5.** A CONTRATADA emitirá e entregará os Documentos Fiscais em nome do CONTRATANTE, no prazo de 01 (um) dia útil após o aceite.

**5.7.2.6.** Caso haja necessidade, o CONTRATANTE poderá solicitar antecipação do envio dos arquivos de faturamento.

**5.7.2.7.** O relatório eletrônico apresentará os valores relativos à movimentação do mês de competência da prestação dos serviços objeto do faturamento, compreendendo as despesas do valor da mensalidade per capita, inclusive com as datas de inclusões e exclusões, dos Beneficiários Titulares e Dependentes, que será analisado pelo CONTRATANTE para apuração da conformidade.

**5.7.3** Cronograma de realização dos serviços:

NÃO SE APLICA

**Local e horário da prestação dos serviços:**

**5.8** Os serviços serão prestados em âmbito nacional.

**Rotinas a serem cumpridas:**

**5.9** A execução contratual observará as rotinas abaixo:

I – disponibilizar, no prazo estabelecido contratualmente, as credenciais físicas, magnéticas e/ou acesso ao cartão virtual e aplicativo aos beneficiários titulares e dependentes, garantindo sua plena identificação junto à rede credenciada;

II – manter rede credenciada, referenciada, cooperada ou própria compatível com a abrangência geográfica contratada, assegurando atendimento ambulatorial, hospitalar, obstétrico e demais coberturas previstas no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;

III – garantir o atendimento aos beneficiários de forma contínua e ininterrupta, durante toda a vigência contratual, observados os prazos máximos estabelecidos pela ANS para marcação de consultas, exames, procedimentos e internações;

IV – disponibilizar canal de atendimento aos beneficiários e à CONTRATANTE, inclusive por meio telefônico e eletrônico, para esclarecimentos, solicitações, autorizações, registro de demandas e solução de intercorrências;

V – proceder à análise e emissão de autorizações para realização de exames, procedimentos e internações dentro dos prazos regulamentares e contratuais;

VI – realizar o reembolso de despesas assistenciais, quando cabível, nos casos de utilização de serviços fora da rede credenciada, nos termos e prazos estabelecidos contratualmente e conforme normas da ANS;

VII – manter atualizada a relação de sua rede credenciada, disponibilizando-a aos beneficiários e à CONTRATANTE, por meio eletrônico e outros meios adequados;

VIII – designar formalmente preposto responsável pelo acompanhamento da execução contratual, com poderes para tratar de assuntos operacionais, administrativos e assistenciais junto à fiscalização do contrato;

IX – encaminhar mensalmente à CONTRATANTE a fatura contendo a relação nominal dos beneficiários ativos no período, com os respectivos valores, bem como demais informações necessárias à conferência e atesto;

X – comunicar previamente à CONTRATANTE quaisquer alterações relevantes na rede credenciada, estrutura de atendimento, canais de comunicação ou condições operacionais que possam impactar a execução contratual;





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

XI – prestar esclarecimentos e atender às solicitações da fiscalização do contrato, fornecendo informações, relatórios e documentos necessários ao acompanhamento da execução contratual;

XII – garantir o cumprimento integral das coberturas assistenciais previstas na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 9.656/1998 e nas normas regulamentadoras da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;

XIII – assegurar a continuidade da prestação dos serviços, inclusive em caso de substituição de rede credenciada, mediante manutenção de padrão equivalente de qualidade e cobertura;

XIV – observar integralmente as obrigações contratuais, editais e legais aplicáveis, responsabilizando-se pela adequada prestação dos serviços aos beneficiários vinculados ao contrato.

**Materiais a serem disponibilizados:**

NÃO SE APLICA

**5.10** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

I - \_\_\_\_\_;

II - \_\_\_\_\_;

III - \_\_\_\_\_.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:**

**5.11** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

I - Com o objetivo de subsidiar a elaboração das propostas para a prestação dos serviços, informa-se que os limites máximos de valores correspondentes às faixas etárias estabelecidas no quadro do item 1.2 devem ser estritamente observados na formulação das respectivas propostas, utilizando-se, para tanto, do modelo juntado no Anexo I ([1508765](#));

II - O contrato terá vigência de 5 (cinco) anos e poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, desde que presente os requisitos do na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021, motivo pelo qual a contratação tende a resultar em valor somatório mais atrativo que apenas o valor estimado da contratação;

III - O maior percentual de população é jovem, até 33 anos (40%) e a faixa reduzida dos usuários acima de 59 anos (18%), com baixo índice de crescimento vegetativo dos dependentes, o que confere maior estabilidade dos custos do contrato.

IV - O contrato vigente atente 650 vidas, entretanto estimasse um aumento de vidas para aproximadamente 700 vidas a serem cobertas em virtude do ingresso de novos servidores decorrentes do concurso em andamento.

**Especificação da garantia do serviço** ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#)), de acordo com o ETP.

**Procedimentos de transição e finalização do contrato:**

**5.12** Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas;

I. Manutenção da Assistência até o Termo Final:

A CONTRATADA deverá garantir a continuidade da prestação dos serviços



assistenciais aos beneficiários regularmente vinculados ao plano até o último dia de vigência contratual, vedada a interrupção injustificada dos atendimentos em curso.

**II. Conclusão de Atendimentos em Andamento:**

A CONTRATADA deverá assegurar a conclusão dos atendimentos iniciados durante a vigência contratual, incluindo tratamentos continuados, internações, procedimentos autorizados e terapias em curso, conforme as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e a legislação vigente.

**III. Disponibilização de Informações Assistenciais:**

A CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, quando solicitado e observadas as normas de sigilo e proteção de dados pessoais, as seguintes informações:

- Relação atualizada de beneficiários vinculados ao plano;
- Histórico de utilização dos serviços, em formato consolidado;
- Relatórios gerenciais e operacionais pertinentes à execução contratual;
- Informações necessárias à eventual migração para nova operadora.

**IV. Transferência de Informações para Nova Operadora:**

Mediante solicitação formal da CONTRATANTE e autorização legal aplicável, a CONTRATADA deverá colaborar com o processo de transição para eventual nova operadora, fornecendo as informações necessárias à continuidade da assistência, observadas as disposições da ANS e da legislação de proteção de dados pessoais.

**V. Manutenção do Sigilo das Informações:**

A CONTRATADA deverá manter o sigilo das informações médicas, cadastrais e administrativas dos beneficiários e da CONTRATANTE, mesmo após o encerramento do contrato, sendo vedada sua divulgação ou utilização indevida, nos termos da legislação vigente.

**IV. Acompanhamento pela Fiscalização do Contrato:**

Os procedimentos de transição e encerramento serão acompanhados pela fiscalização contratual designada pela CONTRATANTE, podendo ser solicitadas informações complementares e adotadas medidas necessárias à adequada finalização do ajuste.

**Outras informações julgadas importantes para a correta execução do contrato:**

**5.13** Serão necessários, ainda, a observância dos seguinte procedimentos:

**5.13.1** Em caso de indisponibilidade de profissionais credenciados na especialidade requerida pelo beneficiário na sua localidade a CONTRATADA poderá facultar ao beneficiário o atendimento na modalidade teleconsulta.

**5.13.2** Em caso de recusa do beneficiário ao atendimento na modalidade teleconsulta a CONTRATADA deverá providenciar o atendimento presencial ao beneficiário na localidade solicitada.

**5.13.3** Reembolso:

- **Reembolso em caso de indisponibilidade ou inexistência de cobertura:** Na hipótese de indisponibilidade de atendimento nos prazos máximos previstos na RN ANS nº 566/2022 ou inexistência de atendimento no município demandado **há necessidade de consulta prévia à Operadora do Plano de Saúde** e será assegurado ao beneficiário reembolso das despesas efetuadas com os atendimentos previstos na cobertura contratual nos termos da supracitada RN.;
- Na hipótese de **urgência ou emergência** em município sem rede assistencial, será assegurado ao beneficiário o **reembolso integral das despesas realizadas sem necessidade de autorização prévia**, respeitando as Resoluções CONSU nº 8 e 13, ambas de 3 de novembro de 1998, ou os normativos que vierem a substituí-las;

- O reembolso deverá ser efetuado, no máximo, até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal pelo usuário dos serviços diretamente à empresa contratada;

#### **5.13.4 Internação hospitalar:**

- Atender as solicitações de pedidos de internação realizados por médico assistente não pertencente à REDE CREDENCIADA, que deverão ser apresentados pelo beneficiário à Auditoria Médica da contratada, a fim de serem anexados a formulário próprio expedido pela contratada (requisição de exame, guia de internação ou equivalentes) no ato da apresentação, devendo ambos serem apresentados pelo beneficiário aos estabelecimentos da REDE CREDENCIADA para obtenção de atendimento. Poderão, no entanto, tais solicitações serem submetidas à junta médica da contratada.
- Emitir guia de internação nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato. O procedimento para realização de internações hospitalares, observará:
- O pedido de internação, devidamente expedido pelo médico assistente, acompanhado da credencial de identificação e da identidade civil do beneficiário, poderá ser submetido à apreciação da Auditoria Médica da contratada para imediata emissão de guia de internação;
- Após a apreciação do pedido de internação, e havendo divergência técnico-assistencial, a contratada deverá cumprir as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS quanto a instauração de Junta Médica, nos termos da Resolução Normativa nº 424/2017 (ou normativa que venha substituir e (ou) complementar esta, durante a vigência do contrato).
- A internação hospitalar no estabelecimento credenciado será realizada mediante apresentação da guia de internação expedida pela contratada, acompanhada do pedido de internação preenchido pelo médico assistente, credencial de identificação da contratada e identidade civil, dispensado o comprovante de pagamento;
- Para os casos de urgência e/ou emergência, assim definidos os que implicam risco imediato de vida ou lesões irreparáveis para o beneficiário, cuja caracterização depende tão-somente de declaração do médico assistente, a internação será realizada mediante apresentação do pedido de internação preenchido pelo médico assistente, credencial de identificação da contratada e identidade civil, dispensado o comprovante de pagamento, devendo o beneficiário ou responsável providenciar a guia de internação até o terceiro dia útil seguinte ao da hospitalização;
- As despesas extraordinárias realizadas pelo paciente beneficiário e/ou acompanhante, não-relacionadas diretamente com o tratamento, serão de responsabilidade do beneficiário, sendo pagas diretamente à entidade hospitalar;
- Não serão autorizadas internações que atendam exclusivamente com tabelas próprias/diferenciadas, cujos valores ultrapassem os praticados pela contratada com os demais prestadores.
- Nas internações hospitalares o beneficiário disporá de apartamento individual.
- As órteses, próteses e demais materiais e aparelhos ortopédicos, tais como pinos, parafusos, placas, platinas, marcapassos, serão de cobertura obrigatória exclusivamente quando ligados ao ato cirúrgico coberto pelo plano de saúde, nos termos da legislação vigente, da Resolução Normativa ANS nº 465, de 2021 e do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.

#### **5.13.5 Autorização para realização de exames:**

- Atender as solicitações de exames realizados por médico assistente não pertencente à REDE CREDENCIADA, que deverão ser apresentados pelo beneficiário à Auditoria Médica da contratada, a fim de serem anexados a formulário próprio expedido pela contratada (requisição de exame, guia de internação ou equivalentes) no ato da apresentação, devendo ambos serem apresentados pelo beneficiário aos estabelecimentos da REDE CREDENCIADA para obtenção de atendimento. Poderão, no entanto, tais solicitações serem submetidas à junta médica da contratada.
- Quando não necessitarem de prévia autorização da auditoria médica da contratada os exames serão realizados mediante apresentação da solicitação do médico assistente, da credencial e de identidade civil do beneficiário ao estabelecimento credenciado, não sendo necessária a apresentação de comprovante de pagamento.
- Os exames que necessitarem de prévia autorização da Auditoria Médica da contratada obedecerão aos seguintes procedimentos:

- O pedido de exame expedido pelo médico assistente, acompanhado da credencial de identificação e da identidade civil do beneficiário, deverá ser submetido à apreciação da Auditoria Médica da contratada que, expedirá autorização para realização observados os Prazos Máximos de Atendimento estabelecidos pela ANS;
- Em casos de divergência técnico-assistencial sobre procedimento ou evento em saúde a ser coberto pelas operadoras de planos de assistência à saúde deve-se cumprir as regras estabelecidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS quanto a instauração de Junta Médica, nos termos da Resolução Normativa nº 424/2017 (ou normativa que venha substituir e (ou) complementar esta, durante a vigência do contrato).
- As requisições de exames poderão ser solicitadas por médicos deste Regional ou por outros médicos não conveniados, as quais serão transcritas/trocadas na sede administrativa da empresa contratada pela respectiva guia padrão.

#### **5.13.6 Remoção aérea:**

- Prestar remoção, aérea e/ou terrestre, inter-hospitalar, comprovadamente necessária, aos beneficiários do contratante, conforme parecer do médico assistente responsável pelo paciente e da equipe do Serviço Aeromédico responsável pelo traslado, em âmbito nacional, desde que atendidas as exigências contratuais e critérios técnicos aeromédicos vigentes. O atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI no ar) deverá ser prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico e que se fizerem necessárias, dentro do território nacional.

#### **5.14. Deveres e Responsabilidades do contratante:**

##### **5.14.1** Proporcionar as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços;

**5.14.2** Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais, se houver, ou na prestação de serviços;

**5.14.3** Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

**5.14.4** Exigir e conferir todos os documentos listados nas obrigações prévias da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente em prazo razoável, sob pena de não celebrar o contato, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais e editalícias;

**5.14.5** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

**5.14.6** Reunir-se com a contratada, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à entrega de bens, se houver, ou à execução de serviços;

**5.14.7** Assegurar, quando exigível, o acesso dos empregados da contratada, quando devidamente identificados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

**5.14.8** Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotar em registro próprio as falhas detectadas e comunicar à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas de parte desta;

**5.14.9** Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

**5.14.10** Rejeitar, através do fiscal contrato, a entrega de material, se houver, ou a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;

**5.14.11** Receber os bens ou os serviços, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**5.14.12** Realizar o pagamento dos bens entregues, se houver, ou dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato;

**5.14.13** Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

**5.14.14** Fornecer a relação dos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência dos inscritos;

**5.14.15** Requerer formalmente a inscrição de novos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência desses;

**5.14.16** Comunicar a inclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde, em formulário próprio e entregue até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês à contratada;

**5.14.16 .1** Os beneficiários inscritos têm o direito aos serviços contratados a partir do primeiro dia útil do mês subsequente, excetuando-se os casos de recém-nascidos, filhos naturais de beneficiárias, que terão cobertura imediata, e assegurada por 30 dias após o parto.

**5.14.17** Comunicar à contratada a exclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde até o dia 25 de cada mês;

**5.14.17** Os beneficiários excluídos têm o direito aos serviços contratados até o último dia do mês da solicitação, sendo a exclusão efetivada a contar do primeiro dia do mês subsequente.

**5.14.18** - Informar imediatamente à contratada perda, roubo ou dano à credencial de identificação do beneficiário, para cancelamento ou, quando for o caso, para emissão de segunda via;

**5.14.19** - Pagar pela prestação dos serviços, nos termos definidos neste Termo de Referência;

**5.14.20** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

**5.15 Deveres e Responsabilidades da Contratada:**

**5.15.1** Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial, no edital do certame, neste TR e no instrumento de contrato, se houver;

**5.15.2** Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

**5.15.3** Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo contratante;

**5.15.4** Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

**5.15.5** Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

**5.15.6** Apenas subcontratar parcialmente a execução do objeto do contrato com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

**5.15.7** Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**5.15.8** Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**5.15.9** Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

**5.15.10** Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o contratante;

**5.15.11** Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;

**5.15.12** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**5.15.13** Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários à execução de serviços;

**5.15.14** Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

**5.15.15** Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação;

**5.15.16** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021).

**5.15.17** Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, a reserva de cargos a que se refere este item, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021).

**5.15.18** Observar e cumprir a Resolução TRE-RO nº 31, de 25 de agosto de 2023, que regulamenta a Política e os Mecanismos de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação. Para tanto, compromete-se a instruir seus funcionários a respeito do normativo, inclusive no que tange às práticas de prevenção de assédio e dos procedimentos de denúncias, caso haja ocorrências.

**5.15.19** Observar e cumprir a Instrução Normativa nº 3/2024 deste Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que regulamenta a Política de Integridade nas contratações e estabelece a Conduta Ética da Gestão, em especial as determinações constantes no art. 8º, a saber:

I - abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei n. 12.846/2013, bem como comprometer-se a observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Ética do TRE-RO (Resolução TRE-RO 15/2019);

II - dar conhecimento aos respectivos empregados que participarão da execução contratual acerca da Política do Sistema de Integridade e Compliance da Justiça Eleitoral em Rondônia (Resolução nº TRE-RO nº 12/2023), do Código de Ética dos Servidores do TRE-RO, da Política de Integridade nas contratações e Conduta Ética da Gestão de Contratações do TRE-RO e das demais normas editadas por este Tribunal sobre o tema, para a sua estrita observância, cabendo também esta obrigação à subcontratada, se houver;

III - fornecer declaração de ausência de inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas à escravidão e de que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, bem como de que não foi condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, inciso VI, Lei n. 14.133/2021);

IV - fornecer informações complementares para o acompanhamento de questões relacionadas à Integridade, se houver solicitação da gestora ou do gestor do contrato;





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

V - ter plena ciência de que o descumprimento de regras licitatórias ou obrigações contratuais serão objeto de apuração de responsabilidade e de aplicação de penalidades por meio de Processo Administrativo Sancionatório ou Processo Administrativo de Responsabilização, conforme o caso;

VI - ter conhecimento de que a rescisão contratual ou a denúncia, nos casos em que praticar atos lesivos ao tribunal, será precedida do devido Processo Administrativo sancionatório previsto na Lei n. 14.133, de 2021 ou Processo Administrativo de Responsabilização regulado pela Lei n. 12.846, de 2013 (anticorrupção);

VII - zelar pela proteção da propriedade intelectual, nos casos de desenvolvimento de projetos, produtos, sistemas, entre outros;

VIII - zelar pela proteção das informações confidenciais e privilegiadas, conforme disposições em regulamento próprio;

IX - comunicar-se sempre por escrito com o gestor e fiscal do contrato.

**5.15.20** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregados ou admitir em seu quadro societário pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, comunicando imediatamente o TRE-RO sobre a possibilidade de tais ocorrências, nos termos do artigo 7º do Decreto n. 7.203, de 2010 e art. 2º, V, da Resolução CNJ n. 7/2005.

**5.15.21** Entregar cartão físico de todos os beneficiários, inicialmente inscritos pelo contratante no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da assinatura do instrumento contratual e conceder acesso ao cartão virtual e aplicativo imediatamente após finalizada a inclusão dos beneficiários.

**5.15.21.1** O cartão físico dos beneficiários poderá ser substituído pelo envio ao contratante, em idêntico prazo, dos dados digitais individuais de cada beneficiário para impressão física e fornecimento às pessoas que manifestarem interesse.

**5.15.22** Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato.

**5.15.23** Proceder à inscrição de novos beneficiários, seja na qualidade de beneficiário - titular ou de beneficiário - dependente, na forma prevista neste instrumento;

**5.15.24** Entregar cartão físico ou conceder acesso ao cartão virtual e aplicativo dos novos beneficiários inscritos pelo CONTRATANTE no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do requerimento do contratante e conceder acesso ao cartão virtual e aplicativo imediatamente após finalizada a inclusão do beneficiário.

**5.15.25** Fornecer ao contratante, sempre que solicitado, relação dos médicos e estabelecimentos próprios e integrantes da REDE CREDENCIADA da Contratada e seus endereços, bem como dos serviços contratados, glossário de termos técnicos e material explicativo;

**5.15.26** Autorizar a realização de exames.

**5.15.27** Emitir guia de internação nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato. O procedimento para realização de internações hospitalares, observará:

**5.15.28** Nomear e manter atualizada a informação sobre preposto, com dados pessoais, contatos telefônicos, e-mail e endereço para encaminhamento de ofícios e notificações que se fizerem necessárias durante a vigência contratual.

**5.15.29** Quando o prazo de resposta não estiver definido por lei, pelas normas regulamentares aplicáveis aos serviços objeto do contrato, ou previsto de forma expressa no próprio contrato, **responder, no prazo razoável definido pela equipe de fiscalização ou pela equipe de gestão do contrato**, às demandas da contratante formalizadas por meio de ofícios, notificações ou consultas, independentemente o meio de comunicação.

**5.15.30** Indicar ao CONTRATANTE o nome do responsável pelo contato e um preposto e fornecer, sempre que solicitado, relação dos funcionários da administração responsáveis pelo atendimento ao fiscal do contrato;

**5.15.31** Manter-se durante a execução do contrato, com todas as condições de habilitação exigidas no edital de pregão respectivo, apresentando, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública e/ou com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRF), com a Justiça do Trabalho e com o CNJ (Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ);

**5.15.32** Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, cabendo à contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

**5.15.33** Responsabilizar-se pelos danos pessoais ou materiais diretamente causados por sua ação/omissão ou por integrantes de sua REDE CREDENCIADA ao contratante, aos beneficiários por ele inscritos ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;

**5.15.34** Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência e **comprovar, sempre que solicitado pelo contratante, os repasses e pagamentos aos hospitais e à rede credenciada;**

**5.15.35** Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência da execução do contrato;

**5.15.36** Comunicar por escrito e imediatamente ao Contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**5.15.37** Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante o ingresso de profissionais ou estabelecimentos de saúde em sua rede credenciada que tenha em sua direção pessoas com os vínculos descritos no item anterior;

**5.15.38 Reembolso em caso de indisponibilidade ou inexistência de cobertura:** Na hipótese de indisponibilidade de atendimento nos prazos máximos previstos na RN ANS nº 566/2022 ou inexistência de atendimento no município demandado **há necessidade de consulta prévia à Operadora do Plano de Saúde** e será assegurado ao beneficiário reembolso das despesas efetuadas com os atendimentos previstos na cobertura contratual nos termos da supracitada RN.;

**5.15.39** Na hipótese de **urgência ou emergência** em município sem rede assistencial, será assegurado ao beneficiário o **reembolso integral das despesas realizadas sem necessidade de autorização prévia, respeitando as Resoluções CONSU nº 8 e 13, ambas de 3 de novembro de 1998, ou os normativos que vierem a substituí-las;**

**5.15.40** O reembolso deverá ser efetuado, no máximo, até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal pelo usuário dos serviços diretamente à empresa contratada;

**5.15.41** Prestar remoção, aérea e/ou terrestre, inter-hospitalar, comprovadamente necessária, aos beneficiários do contratante, conforme parecer do médico assistente responsável pelo paciente e da equipe do Serviço Aeromédico responsável pelo traslado, em âmbito nacional, desde que atendidas as exigências contratuais e critérios técnicos aeromédicos vigentes. O atendimento pela Unidade de Terapia Intensiva (UTI no ar) deverá ser prestado quando necessário, em todas as localidades que permitam o serviço aeromédico e que se fizerem necessárias, dentro do território nacional.

**5.15.42** Atender as solicitações de exames e/ou pedidos de internação realizados por médico assistente não pertencente à REDE CREDENCIADA, que deverão ser apresentados pelo beneficiário à Auditoria Médica da contratada, a fim de serem anexados a formulário próprio expedido pela contratada (requisição de exame, guia de internação ou equivalentes) no ato da apresentação, devendo ambos serem apresentados pelo beneficiário aos estabelecimentos da REDE CREDENCIADA para obtenção de atendimento. Poderão, no entanto, tais solicitações serem submetidas à junta médica da contratada.



**5.15.43** Todas as especificações contidas no Objeto desta Licitação completam-se com o conteúdo deste instrumento, que contém informações, instruções e orientações sendo parte integrante do edital;

**5.15.44** A empresa contratada responsabiliza-se por todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações de ordem trabalhistas, previdenciária e cível, decorrentes das suas atividades;

**5.15.45** Cumprir todas as leis e demais normas aplicáveis à execução dos serviços, mesmo que não referidas expressamente neste instrumento, no edital ou no contrato.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

**6.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**6.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

**6.3** As comunicações entre o Tribunal e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica via e-mail para esse fim;

**6.4** O Tribunal poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

**6.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Tribunal poderá convocar o representante da empresa contratada para **reunião inicial** para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

### Fiscalização

**6.6** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### Fiscalização Técnica

**6.7** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório e definitivo e acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

**6.7.1** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

**6.7.2** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

**6.7.3** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

**6.7.4** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

**6.7.5** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

### Fiscalização Setorial



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**NÃO SE APLICA**

**6.8** O fiscal setorial, quando houver, acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas do Tribunal.

**6.8.1** Ao fiscal setorial competirá, no setor por ele fiscalizado, as atribuições do fiscal técnico ou administrativo.

**Fiscalização Administrativa**

**6.9** O fiscal administrativo do contrato, quando houver, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#));

**6.9.1** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

**Gestor do Contrato**

**6.11** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

**6.12** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

**6.13** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

**6.14** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

**6.15** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

**6.16** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

**6.17** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

**6.18** Os gestores e os fiscais observarão também as demais atribuições estabelecidas nos regulamentos do Tribunal para a gestão e fiscalização dos contratos;

**6.19** Indicação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, mesmo que indicada em formulário próprio (indicar apenas as exigidas):



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

- I - Gestor (titular e substituto): Coordenador da COEDE/ substituto do Coordenador da COEDE  
II - Fiscal técnico (titular e substituto): Haysha Laianne Oliveira Raposo/ Sônia Inês Caixeta  
III - Fiscal administrativo (titular e substituto): Elisângela Alves Silva Tivanello/ Marcela Pinheiro Studart Gonçalves.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará:**

( X ) O disposto neste item:

#### **A avaliação da execução do objeto utilizará os seguintes critérios:**

- I – verificação mensal da regular prestação dos serviços de assistência suplementar à saúde aos beneficiários vinculados ao contrato;  
II – conferência da relação atualizada de beneficiários ativos no período de competência da cobrança;  
III – verificação do cumprimento das obrigações contratuais, especialmente quanto à disponibilização da rede credenciada, atendimento assistencial, autorizações, reembolsos, atendimento aos beneficiários e suporte à fiscalização contratual;  
IV – análise da fatura mensal apresentada pela CONTRATADA, com a discriminação dos beneficiários e respectivos valores, em conformidade com as condições estabelecidas no contrato;  
V – atesto da execução dos serviços pelo fiscal ou gestor do contrato, mediante verificação da conformidade da prestação dos serviços com as exigências contratuais;  
VI – registro de eventuais ocorrências, descumprimentos ou falhas na prestação dos serviços, que poderão ensejar aplicação de sanções administrativas ou glosas, quando cabíveis.

**7.1.1** A medição será realizada mensalmente, considerando o quantitativo de beneficiários regularmente inscritos no plano de saúde no período de referência.

**7.1.2** O pagamento ficará condicionado à verificação da regular execução contratual e ao cumprimento das obrigações da CONTRATADA, podendo ser glosados valores relativos a serviços não prestados ou prestados em desacordo com o contrato.

**7.1.3** Eventuais incorreções na fatura deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, reiniciando-se o prazo para pagamento a partir da reapresentação da fatura devidamente regularizada.

**7.1.4** A CONTRATANTE poderá realizar auditorias, solicitar relatórios e promover diligências para verificar a adequada execução dos serviços, como condição para o atesto e pagamento.

**7.1.5** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- I - não produziu os resultados acordados,  
II - deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou  
III - deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- I – resposta às autorizações dentro dos prazos estabelecidos;
- II – inclusões e exclusões realizadas dentro dos prazos estabelecidos;
- III – qualidade na prestação do serviço;
- IV - atendimentos realizados sem intercorrências;

**Do recebimento:**

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.4.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.4.4 O fiscal setorial do contrato, **quando houver**, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.5.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**7.7.1** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

**7.7.2** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**7.7.3** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**7.7.4** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**7.7.5** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**7.8** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**7.9** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**7.10** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **Liquidação:**

**7.11** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

**7.11.1** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.12** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.13** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**7.14** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**7.15** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.16** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.17** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.18** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.19** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento:**

**7.20** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

**7.21** Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data que o pagamento deveria ter ocorrido e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**7.21.1** a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**Forma de pagamento:**

**7.22** O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

**7.22.2** Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

**7.22.3** Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

**7.22.4** O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

**7.23** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.24** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**7.24.1** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**Antecipação de pagamento:**

NÃO SE APLICA

**7.25** A presente contratação permite a antecipação de pagamento \_\_\_\_\_ (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.

**7.26** O contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/\_\_\_\_\_ correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ \_\_\_\_\_ (valor por extenso), tão logo \_\_\_\_\_ (incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o contratante efetue o pagamento antecipado.

**7.27** Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:

R\$ \_\_\_\_\_ (valor em extenso) quando do início da segunda etapa;

R\$ \_\_\_\_\_ (valor em extenso) quando \_\_\_\_\_.

**7.28** Fica o contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

**7.28.1** No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não-executada do contrato.

**7.28.2** O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do \_\_\_\_\_ (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

**7.29** A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.

**7.30** O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias, contados do recebimento do \_\_\_\_\_ (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).

**7.31** A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.

**7.32** O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo contratado:

**7.33** O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.

**Cessão de crédito**

NÃO SE APLICA

**7.34** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras adiante definidas:

**8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**





**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

modalidade de: **8.1** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na

**Pregão:**

(X ) Eletrônico;

áudio e vídeo ( ) Presencial, motivada no ETP, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em

**Critério de julgamento:**

(X ) Menor preço;

( ) Maior desconto.

**Concorrência para serviços especiais:**

( ) Eletrônica;

áudio e vídeo. ( ) Presencial, motivada no ETP, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em

**Critério de julgamento:**

( ) menor preço;

( ) melhor técnica ou conteúdo artístico;

( ) técnica e preço;

( ) maior retorno econômico;

( ) maior desconto.

( ) Concurso, exceto para serviços de engenharia;

( ) Leilão;

( ) Diálogo Competitivo, exceto para obras e serviços de engenharia;

( ) Participação em SRP.

**8.2 Pessoas físicas - IMPORTANTE:** A pessoa física, ao ofertar seu lance ou proposta, **deverá acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização** a título de contribuição patronal à Seguridade Social, para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração. O valor deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - (Art. 5º, III, IN SEGES 116, de 2021).

**8.3** Há anexos da proposta?

( ) Não;

(X ) Sim, relacionar todos e apontar o item do TR que contém a exigência: O **Anexo I** deste Termo de Referência apresenta o modelo de proposta a ser utilizado pelo licitante. A proposta deverá ser elaborada e preenchida em conformidade com o disposto no item **9.3.3** do Termo de Referência.

**8.4** Deverá ser adotada modo de disputa por lances:

(X ) aberto;

( ) aberto e fechado;

( ) fechado e aberto,



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

73, de 2022). com intervalo mínimo de \_\_\_\_% (\_\_\_\_\_) entre os lances (art. 22, § 1º da IN SEGES/ME nº

**8.5 Divulgação do preço estimado:**

( X ) Sim.

( ) Não. **Justificativa** exigida pelo art. 24 da Lei nº 14.133, de 2021: \_\_\_\_\_.

**REGRAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS COMPETIDORES:**

**8.5 Poderão participar desta contratação:**

**8.5.1 Pessoas Jurídicas:**

( ) Não, justificar: \_\_\_\_\_.

( X ) Sim; **se positivo adotar as regras deste TR.**

**8.5.1.1 Microempresas e empresas de pequeno - ME/EPPs (art. 4º, Lei nº 14.133, de 2021):**

( ) **Sim**, informar o dispositivo da LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006 para a **exclusividade**: \_\_\_\_\_.

( ) **Não será exclusiva**, as ME/EPPs participarão **com** tratamento favorecido, diferenciado e simplificado de acordo com a LC nº 123, de 2006 e o Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015: \_\_\_\_\_.

( X ) **Não será exclusiva**, as ME/EPPs participarão **sem** tratamento favorecido, diferenciado e simplificado de acordo com o § 1º do art. 4º, Lei nº 14.133, de 2021 porque: Considerando o valor estimado dos itens para a contratação pretendida, individualmente, **excedem R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais), **não será aplicada a exclusividade** de participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma estabelecida pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 6º, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

( ) **Não será permitida**, as ME/EPPs **não** poderão participar do certame porque: \_\_\_\_\_.

**8.5.2 Pessoas físicas:**

( X ) Não, justificar:

A não participação de pessoa física justifica-se pela própria natureza do objeto, que consiste na operação e gestão de plano privado de assistência à saúde, atividade regulada e privativa de pessoas jurídicas constituídas como operadoras e regularmente registradas na ANS. A execução contratual exige estrutura administrativa, técnica e econômico-financeira compatível com a gestão de beneficiários, manutenção de rede credenciada de hospitais, clínicas, laboratórios e profissionais de saúde, processamento de autorizações e contas médicas, atendimento aos usuários, auditoria, regulação assistencial e cumprimento das garantias de cobertura previstas na legislação.

Pessoa física não detém habilitação legal, enquadramento regulatório, nem capacidade operacional para assumir as obrigações inerentes à operação de plano de saúde, tampouco pode obter registro junto à ANS como operadora. Assim, permitir sua participação configuraria inviabilidade jurídica e risco à adequada execução do contrato

( ) Sim, de acordo com as regras deste TR e do edital.

**8.5.3 Cooperativas:**

( ) Não, justificar: \_\_\_\_\_.

( X ) Sim, de acordo com as regras do edital.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**8.5.4 Empresas reunidas em consórcio:**

( ) Não, justificar: \_\_\_\_\_.

(X) Sim, de acordo com as regras do edital.

**ATENÇÃO: AS REGRAS ACERCA DAS DEMAIS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, VEDAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS AO EXAME DAS PROPOSTAS SERÃO DEFINIDAS NO EDITAL DO CERTAME.**

**EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, exigidos conforme sua natureza jurídica:

**8.6 Habilitação jurídica:**

**8.6.1 Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**8.6.2 Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.6.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**8.6.4 Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**8.6.5 Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.6.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.6.7 Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

**8.6.8 Consórcios,** de acordo com as regras do edital.

**8.6.9 Ato de autorização** para o exercício da atividade de operadora de Plano de Assistência à Saúde na modalidade de contratação coletivo empresarial, expedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS nos termos do art. 9º, I, da [Lei nº 9.656/98](#).

**8.6.10** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.7 Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

**8.7.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**8.7.2** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.7.3** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), não exigível para as pessoas físicas e condicionado à existência de empregados aos microempreendedores individuais.

**8.7.4** declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição, de acordo com o Anexo I.

**8.7.5** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**8.7.6** Prova de **inscrição no cadastro** de contribuintes ( ) estadual/distrital ou (X) municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**8.7.7** Prova de **regularidade com a Fazenda** ( ) estadual/distrital ou (X) municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade que concorre ou contrata.

**8.7.8** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estadual/distrital ou municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.7.9** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**8.8 Habilitação Econômico-Financeira:**

**8.8.1** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

**8.8.1** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

**8.8.2** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

**8.8.2.1** índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

**8.8.2.2** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**8.8.2.2** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

**8.8.2.4** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

**8.8.3** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação ( ) capital mínimo **OU** (x) patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

**8.8.4** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**8.8.5** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

**8.8.6** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**8.9 Habilitação Técnica:**

**8.9.1** Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

**8.9.1.1** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.9.2** Registro da empresa na Agência Nacional de Saúde, em plena validade, conforme o disposto no inciso XXII do art. 4º da Lei 9.961/00.

**8.9.3** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

**8.9.4** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**8.9.4.1** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

01 (um) Atestado de capacidade técnico-operacional, em nome do licitante, comprovando a prestação de serviços com características similares ao objeto desta licitação, com prestação do serviço para no mínimo 50% do número total de vidas estimadas nesse instrumento.

**8.9.4.2** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**8.9.4.3** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**8.9.4.4** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.9.5** Apresentar comprovante de Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) competente.

**9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 42.620.042,40** (quarenta e dois milhões, seiscentos e vinte mil e quarenta e dois reais e quarenta centavos), conforme os custos unitários detalhados e inseridos na Informação Conclusiva do Valor Estimado da contratação (evento [1485410](#)).

AIXA ETÁRIA	QNT USUÁRIOS				EMPRESA/ÓRGÃO PESQUISADO			METODOLOGIA ESTATÍSTICA UTILIZADA			
----------------	-----------------	--	--	--	-----------------------------	--	--	---	--	--	--



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

		TRE-RO	CORE-SP	TRT 2 REGIAO (PLANO ESPECIAL)	TJ-MA (SAFIRA APARTAMENTO)	TRF 5	TRT14 (ABAS-DIAMANTE NACIONAL 1)	Unidade de Medida	Mediana	Valor Total da MENSAL (MEDIANA)	Valor Total ANUAL (MEDIANA)	Valor Total da Contratação (MEDIANA)/ (5 ANOS)
0-18	176	R\$ 406,48	R\$ 484,56	R\$ 548,88	R\$ 587,23	R\$ 227,56	487,24	VIDAS	R\$ 485,90	R\$ 85.518,40	R\$ 1.026.220,80	R\$ 5.131.104,00
19-23	38	R\$ 473,81	R\$ 605,70	R\$ 642,15	R\$ 645,97	R\$ 316,77	R\$ 587,21	VIDAS	R\$ 596,46	R\$ 22.665,48	R\$ 271.985,76	R\$ 1.359.928,80
24-28	19	R\$ 550,82	R\$ 751,08	R\$ 751,29	R\$ 710,63	R\$ 424,13	R\$ 601,77	VIDAS	R\$ 656,20	R\$ 12.467,80	R\$ 149.613,60	R\$ 748.068,00
29-33	28	R\$ 659,10	R\$ 1.133,99	R\$ 878,91	R\$ 817,29	R\$ 535,26	R\$ 668,74	VIDAS	R\$ 743,02	R\$ 20.804,56	R\$ 249.654,72	R\$ 1.248.273,60
34-38	55	R\$ 761,91	R\$ 1.229,99	R\$ 1.028,30	R\$ 939,76	R\$ 622,95	R\$ 739,60	VIDAS	R\$ 850,84	R\$ 46.796,20	R\$ 561.554,40	R\$ 2.807.772,00
39-43	70	R\$ 900,52	R\$ 1.419,99	R\$ 1.202,97	R\$ 1.127,73	R\$ 722,00	R\$ 826,95	VIDAS	R\$ 1.014,13	R\$ 70.989,10	R\$ 851.869,20	R\$ 4.259.346,00
44-48	68	R\$ 1.108,79	R\$ 1.633,49	R\$ 1.407,36	R\$ 1.443,49	R\$ 873,19	R\$ 879,56	VIDAS	R\$ 1.258,07	R\$ 85.549,44	R\$ 1.026.593,28	R\$ 5.132.966,40
49-53	36	R\$ 1.276,26	R\$ 1.725,92	R\$ 1.646,47	R\$ 1.876,57	R\$ 982,78	R\$ 967,51	VIDAS	R\$ 1.461,37	R\$ 52.609,32	R\$ 631.311,84	R\$ 3.156.559,20
54-58	42	R\$ 1.580,22	R\$ 1.725,92	R\$ 1.926,22	R\$ 2.514,78	R\$ 1.211,07	R\$ 1.108,68	VIDAS	R\$ 1.653,07	R\$ 69.428,94	R\$ 833.147,28	R\$ 4.165.736,40
59 ou mais	118	R\$ 1.937,03	R\$ 2.907,33	R\$ 2.190,17	R\$ 3.520,38	R\$ 1.361,54	R\$ 1.448,18	VIDAS	R\$ 2.063,60	R\$ 243.504,80	R\$ 2.922.057,60	R\$ 14.610.288,00
Total	650											
Total										R\$ 710.334,04	R\$ 8.524.008,48	R\$ 42.620.042,40

**9.2** A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

**9.3** As propostas deverão cumprir todos os requisitos, condições e encargos estabelecidas neste instrumento.

**9.3.1** Os preços propostos pelos licitantes deverão abranger todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços em perfeita consonância com a especificação deste Termo de

Referência, contemplando, se for o caso, a mão de obra, materiais, todos os encargos fiscais, sociais e eventualmente trabalhistas decorrentes da prestação dos serviços.

**9.3.1.1 IMPORTANTE:** Na definição do preço, os licitantes podem considerar:

**I** - O contrato terá vigência de 05 (cinco) anos e poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, desde que presente os requisitos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021, motivo pelo qual a contratação tende a resultar em valor somatório mais atrativo que apenas o valor estimado da contratação;

**II** - O maior percentual de população é jovem, até 33 anos (40%) e a faixa reduzida dos usuários acima de 59 anos (18%), com baixo índice de crescimento vegetativo dos dependentes, o que confere maior estabilidade dos custos do contrato.

**9.3.2** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado com a concordância do proponente.

**9.3.3** A proposta da licitante, operadora de plano de saúde, deverá comprovar que atenda aos critérios estabelecidos na Resolução Normativa ANS n. 563, de 15 de dezembro de 2022, a saber:

**I** - distribuição do público alvo em 10 faixas etárias conforme (Art. 2º, RN ANS 563/22);

**II** - o valor fixado para a última faixa etária não poderá ser superior a seis vezes o valor da primeira faixa etária (Art. 3º, I, RN ANS 563/22);

**III** - a variação acumulada entre a sétima e a décima faixas não poderá ser superior à variação acumulada entre a primeira e a sétima faixas.(Art. 3º, II, RN ANS 563/22);

**IV** - as variações por mudança de faixa etária não podem apresentar percentuais negativos. (Art. 3º, IV, RN ANS 563/22).

**9.3.4** São documentos complementares da proposta:

**I - DECLARAÇÃO da empresa licitante de:**

**a)** Que dispõe de estabelecimentos prestadores de serviços de assistência à saúde, próprios ou integrantes de sua rede credenciada, referenciada, conveniada, cooperada ou vinculada sob qualquer forma admitida pela legislação de saúde suplementar, com abrangência em âmbito nacional.

**b)** Que todos os estabelecimentos de que tratam o item anterior aceitam, como forma de proporcionar o atendimento, além da identificação do usuário, apenas a apresentação da credencial fornecida pela própria contratada;

**c)** Que todos os estabelecimentos de que tratam na alínea "a" (acima), indicados pela contratada, não exigem qualquer tipo de adiantamento pecuniário ou qualquer tipo de garantia prévia para o atendimento dos usuários regularmente identificados;

**d)** Documento que assegure o compromisso de relacionamento com outras entidades para a prestação dos serviços fora de sua área de atuação direta, apresentando, ainda, a relação de estabelecimentos profissionais credenciados, com a indicação dos endereços e especialidades dos consultórios de seus profissionais, hospitais, centros médicos, clínicas, laboratórios, centros radiológicos e serviços de enfermagem com os respectivos horários de atendimento credenciados junto a empresa licitante a prestar o atendimento aos beneficiários e seus dependentes, no Estado de Rondônia, e ainda, nas demais capitais e outras cidades da Federação e Distrito Federal, devidamente atualizado;

**d.1)** Essa comprovação do credenciamento de hospitais e laboratórios deverá, no mínimo, atender aos Municípios de **Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Jaru, Vilhena, Guajará-Mirim e Rolim de Moura.**



**II - DECLARAÇÃO de disponibilidade da prestação de serviço de UTI no ar, para atendimento do público alvo.**

**9.3.4.1** Os documentos complementares da proposta poderão ser apresentados em original, cópia autenticada (para evitar eventuais diligências) ou, ainda, publicados em órgão da imprensa oficial. As assinaturas poderão ser reconhecidas em cartório para evitar possíveis diligências durante o certame.

**9.3.5** O início da contratação e da prestação dos serviços ocorrerá a partir da vigência do contrato, previsto para 17/06/2025. **Não serão consideradas as propostas que indiquem períodos iniciais de carência para a prestação de serviços de que trata este Termo de Referência, tanto para servidores cadastrados, como para aqueles que vierem a se cadastrar em prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do evento que tornou possível a inscrição do usuário.**

**9.3.6** Serão desclassificadas as propostas em desacordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**9.3.7** Sagra-se-á vencedor do certame o licitante que ofertar o menor preço global anual para a execução dos serviços objeto especificado no presente Termo de Referência, observando-se a quantidade de faixas etárias, os limites de variação dos valores das faixas, conforme regulamentação da Agência Nacional de Saúde e, **também, o valor máximo estimado neste termo de referência para cada faixa etária.**

**9.4 Critérios de reajuste dos preços do contrato:**

**9.4.1** Do reajuste contratual ordinário:

I - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data-base do orçamento estimado na ICVEC, em conformidade com o § 7º do art. 25 da Lei 14.133/2021.

II - Na ocorrência excepcional de prorrogação contratual, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA; exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade originária, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

III - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, em casos de outras excepcionais prorrogações contratuais, o interregno mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do início último reajuste ocorrido.

IV - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Na ocorrência dessa hipótese, fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente.

V - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

VI - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

VII - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**9.4.2** Do reajuste contratual por sinistralidade:

*I - de acordo com o art. 27, II, da Resolução Normativa ANS nº 565, de 16 de dezembro de 2022, **poderá** ser aplicado, de forma complementar ao reajuste ordinário anual previsto no item 9.41 deste TR, o reajuste por sinistralidade, observadas as seguintes regras:*

a) define-se sinistralidade como a relação entre a receita da operadora e os gastos com despesas assistenciais (Acórdão TCU nº 679/2018 - Plenário);

b) a meta de sinistralidade definida para o contrato é de 75% ;

**Justificativa:** Conforme pesquisa realizada, a sinistralidade aplicada para contratos da mesma natureza como o firmado pelo TRT 14º Região ([1324698](#)), que abrange o Estado de Rondônia, é de 75%, refletindo o padrão do mercado local. O termo de referência do Governo do Distrito Federal para contratação de operadora de plano de saúde também utiliza o percentual de 75% para sinistralidade ([1324716](#)). Além disso, o contrato vigente do TRE-RO com a operadora de plano de assistência médica adota uma sinistralidade alvo de 75%. Com base nesses dados, estabeleceu-se a sinistralidade de 75% para o presente objeto ([1324718](#)).

c) o reajuste por sinistralidade **poderá** ser deferido, desde que requerido pelo contratado, na hipótese da sinistralidade calculada no período de 12 meses, contado a partir do mês de assinatura do contrato ou do início da execução dos serviços - caso os meses sejam distintos - for comprovadamente superior ao percentual de 75%;

d) nos eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, o período mínimo de um ano será contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste deferido;

e) o percentual de reajuste será calculado pela média da sinistralidade mensal a cada 12 (doze) meses consecutivos, devidamente documentado e comprovado pelo contratado. Deverá o contratado apresentar o pedido com o extrato detalhado que demonstre efetivamente o aumento proporcional das despesas em relação às receitas.

II - a sinistralidade será apurada conforme a seguinte fórmula:

$S = (DA - RC)/R$ , onde:

S = Sinistralidade;

DA = Despesas Assistenciais;

RC = Recuperação de Co-participação

R = Receita

Onde:

**DA (Despesas Assistenciais):** São todos os dispêndios de utilização do plano de saúde, efetuados pelos beneficiários, entre eles, honorários médicos, insumos, procedimentos médicos, internações, taxas, medicamentos, etc, durante o período apurado, inclusive, eventuais ressarcimento realizados pela Operadora ao Sistema Único de Saúde – SUS, decorrentes da utilização espontânea dos beneficiários do plano no serviço público.

**RC (Recuperação de Co-participação):** Total de pagamentos de co-participação efetuadas por beneficiários do plano do período apurado.

**R (Receitas):** São todos os valores remunerados à Operadora de Saúde por conta da Prestação de Serviço do Plano de Saúde, no período apurado.

III - o índice de reajuste por sinistralidade a ser aplicado para o equilíbrio econômico-financeiro do plano será apurado conforme a seguinte fórmula:

$r = S / Sm$ , onde:

r = Índice de reajuste;

S = Corresponde à sinistralidade do período – 12 meses;

Sm = Corresponde à meta de sinistralidade – 75%.

**9.4.3** Independentemente da ocorrência das formas de atualização dos valores do contrato previstas nos subitens 9.4.1 e 9.4.2 deste termo de referência, é garantida a reclassificação automática dos

valores por mudança de faixa etária em estrita observância aos limites e demais regras definidas pela Resolução Normativa ANS nº 563, de 2022 ou outra norma da ANS que vier a alterá-la ou sucedê-la.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A fonte orçamentária para o custeio das despesas da contratação está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA								
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano					
			exercício corrente 2026 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2027 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2028 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2029 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2030 (R\$)	próximo(s) exercício(s) 2031 (R\$)
Ordinário	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	AMO	R\$ 4.262.004,24	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 4.262.004,24
Total por exercício financeiro			R\$ 4.262.004,24	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 8.524.008,48	R\$ 4.262.004,24
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:								

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### I - FONTE ORÇAMENTÁRIA

Dotações orçamentárias do TRE-RO na Lei de Orçamento Anual de 2026, na ação orçamentária 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes, no valor anual de R\$ 4.944.626,00.

### II – FONTE EXTRAORÇAMENTÁRIA

Recursos financeiros da arrecadação de cota-parte dos beneficiários, mediante retenção na folha de pagamento de servidores do TRE-RO, nos termos da Resolução TRE-RO nº 3/2015, art. 14, anualmente estimada em R\$ 2.680.155,00.

TOTAL DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO = R\$ 7.624.781,00

## 11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

justificado;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**11.2.1 Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**11.2.2 Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste TR, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**11.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste TR, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**11.2.4 Multa:**

**I - Moratória** de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**II - Moratória de 0,07%** (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

**III – Moratória pelo atraso injustificado na entrega das credenciais físicas, magnéticas ou disponibilização de acesso ao cartão virtual e aplicativo aos beneficiários:**

a) até 5 (cinco) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

b) do sexto ao décimo dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato.

**IV – Moratória pelo atraso injustificado na expedição de autorização para realização de exames e emissão de guias de internação:**

a) até 24 (vinte e quatro) horas, multa de 0,3% (três décimos por cento), incidente sobre o valor da fatura mensal;

b) da 25ª (vigésima quinta) até a 72ª (septuagésima segunda) hora, multa de 0,5% (cinco décimos por cento), incidente sobre o valor da fatura mensal.

**V – Moratória pelo atraso injustificado no reembolso de despesas assistenciais:**

a) até 5 (cinco) dias, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor devido e não reembolsado;

b) do sexto ao décimo dia, multa de 2,0% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor devido e não reembolsado.

**VI – Moratória pelo atraso injustificado no cumprimento de obrigações administrativas contratuais, inclusive entrega da garantia contratual, indicação de preposto ou cumprimento de obrigações formais:**

a) até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;  
b) do sexto ao décimo dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato.

i. O atraso superior aos prazos estabelecidos nos incisos III a VI poderá caracterizar inexecução parcial do contrato, conforme o caso, sem prejuízo da aplicação da multa compensatória.

ii. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**VII - Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5 (cinco).% a .15 (quinze) % do valor do Contrato.

**VIII - Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de .15 (quinze) % a 30 (trinta) % do valor do Contrato.

**IX -** Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 5 (cinco) % a 20 (vinte) % do valor do Contrato.

**X -** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 5 (cinco)% a 15 (quinze) % do valor do Contrato.

**XI -** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 10 (dez) % a 30 (trinta) % do valor do Contrato.

**11.3** A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.4** Todas as sanções previstas neste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**11.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.6** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.7** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº](#)



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

[12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

**11.8** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**11.9** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**11.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**11.11** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

**11.12** O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas neste capítulo observarão as normas gerais da Lei nº 14.133, de 2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.

**UNIDADE DEMANDANTE**

Ronaldo Pontes Moura

**EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

Ronaldo Pontes Moura
Solange Mendes Garcia
Elisângela Alves Silva Tivanello
Marcela Pinheiro Studart Gonçalves
Rudma Rosa Oliveira Costa
Rodrigo Katibone Holanda
Tiago Silva de Oliveira
Rubem Pinto Melo

0002564-16.2025.6.22.8000

1513722v3